



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA  
– 25 de Março de 2021 –**

**Local:** Vídeo Conferência - <http://webconf.londrina.pr.gov.br/b/dan-frw-x9j>.

**Data:** 25.03.2021

**Horário:** 8h30m

1 Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e um, realizou-se Reunião Ordinária  
2 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) remotamente  
3 devido a pandemia do COVID19 por meio do link [http://webconf.londrina.pr.gov.br/b/dan-](http://webconf.londrina.pr.gov.br/b/dan-frw-x9j)  
4 [frw-x9j](http://webconf.londrina.pr.gov.br/b/dan-frw-x9j). **Apresentaram Justificativas de ausência: José Wilson, em razão das atividades do**  
5 **CEDCA, mas a suplente Patricia Carvalho está presente. Juliana por questões de trabalho.**  
6 **Viviane, por motivos de saúde.** A reunião se inicia as 08:46. A Presidente Magali dá as boas-  
7 vindas a todos(as). **Proposta de pauta: 1. Aprovação da Pauta; 2. Aprovação da Ata do dia 08**  
8 **de outubro de 2020; 3. Apresentação do acompanhamento às crianças, adolescentes e suas**  
9 **famílias pelos serviços da Assistência Social no contexto da pandemia de COVID-19; 4.**  
10 **Vacinação para profissionais que atendem diretamente crianças, adolescentes e suas**  
11 **famílias; 5. Cessão de Mesa de Aero-Hokey pela SOMA – Sociedade Mantenedora de**  
12 **Assistência; 6. Recomposição da Comissão de Instrução; 7. Relato das Comissões; 8.**  
13 **Informes. 1. Aprovação da Pauta.** A Pauta foi aprovada, sem intervenções. **2. Aprovação da**  
14 **Ata do dia 08 de outubro de 2020.** Foi recebida uma manifestação da Leonice, para as  
15 seguintes correções: linha 102 tecnologia assistivas; linha 127 o valor correto é R\$ 500.000,00  
16 (quinhentos mil reais), linha 192 o correto é “pode **não** atingir o objetivo esperado”; linha 260  
17 o valor correto é R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). A ata foi aprovada, com as devidas  
18 correções, com 16 votos. **3. Apresentação do acompanhamento às crianças, adolescentes e**  
19 **suas famílias pelos serviços da Assistência Social no contexto da pandemia de COVID-19.** A  
20 secretária de Assistência Social, Jacqueline Micali, iniciou sua fala dizendo que nesta  
21 apresentação será pautado o acompanhamento à criança e ao adolescente no contexto da  
22 assistência social, ressaltando o que foi feito, principalmente, no contexto familiar frente a  
23 toda a situação da pandemia pela COVID-19. Jacqueline aproveita o momento para questionar  
24 qual tem sido o posicionamento do CEDCA com relação à falta de proteção social a essas  
25 crianças, adolescentes e suas famílias, e ainda, qual têm sido os planos do governo estadual  
26 para esta temática. Disse que o Conselho precisa se articular para dar atenção a estas  
27 questões. Após esses questionamentos Jacqueline iniciou sua apresentação fazendo um  
28 resgate histórico do SUAS. Disse que no dia 30 de janeiro 2020 ainda não sabíamos como seria  
29 toda essa situação. Pontuou que com o estado de calamidade a assistência foi colocada como  
30 política essencial e com isso começaram a pensar em estratégias de como poderiam se  
31 reinventar nesse período. Foi indicado para que se montasse um Comitê de Crise para  
32 enfrentamento da Pandemia. Foi feito um Plano de Contingências da Assistência Social. O  
33 Plano de Contingências foi apresentado via compartilhamento de tela com todos os  
34 integrantes. Jacqueline informou que as ações foram revistas para se avaliar seus  
35 resultados. Ressalta pontos importantes como: antes Londrina tinha três locais para o  
36 Cadastro Único e com a pandemia passaram a ter 15 postos para o atendimento do Cadastro  
37 Único. Atualmente Hoje o município conta com 10 mil cestas básicas por mês, sendo que antes  
38 da pandemia o número era de 200 cestas básicas. Destaca ainda a entrega dos Kits COVID, do  
39 Programa de Aquisição de Alimentos (com entrega de 8.720 kits de alimentos) e do Cartão  
40 Comida Boa. Disse que isso só foi possível em Londrina pela parceria com as Organizações da



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA  
– 25 de Março de 2021 –**

41 Sociedade Civil. Foi apresentado um demonstrativo do volume de atendimentos dos CRAS  
42 2019-2020 e um comparativo dos benefícios emergenciais pagos em 2019 e 2020. Estamos  
43 tendo uma média de 16.593 atendimentos por mês; 9.300 benefícios emergenciais (BEE);  
44 2.900 transferências de renda municipal (PMTR); 84.080 cestas básicas (kit Covid –  
45 governamentais e em parceria com as OSCs); 20 postos de atendimento do cadastro único;  
46 10.665 Cad-únicos atualizados – benefícios 2020; R\$ 34.209,43 fomentos a grupos de  
47 empreendimentos de Economia Solidária (até julho); 2.969 entrevistados do SCFV (serviço de  
48 convivência) e 482 do aprendizagem impactos pandemia SCFV. Jacqueline disse que são  
49 aproximadamente 150 trabalhadores do SUAS na Proteção Social Básica e cerca de 300 não  
50 governamentais. Disse que foram também feitas atividades remotas desenvolvidas pelo SCFV  
51 e isso favoreceu a aproximação com os educandos e famílias para a manutenção dos vínculos  
52 com a unidade e como meio de promover a reflexão das temáticas pertinentes ao serviço. As  
53 atividades remotas concomitantes com a educação provocaram sobrecarga aos educandos e  
54 suas famílias. A introdução das atividades escolares não presenciais gerou demanda por  
55 solicitação de auxílio na execução dos conteúdos, requerendo maior articulação entre as  
56 equipes do SCFV com as unidades escolares. No que se refere às unidades de CREAS, houve  
57 um reordenamento dos serviços e hoje temos o CREAS Oeste, Centro e Norte. A Assistência  
58 Social tem trabalhado por via remota e também com as visitas domiciliares. Em 2020, durante  
59 a pandemia, foi implementado uma Central de Vagas de Acolhimento de Adultos e de Crianças  
60 e Adolescentes. Magali, em posse da palavra, diz que outras instituições e entidades também  
61 estão passando por necessidades e que a sociedade como um todo, órgãos e entidades  
62 tiveram que se reinventar durante este período. A Carolina Camilo, por meio do chat,  
63 perguntou sobre a concessão de benefícios: “gostaria que ela respondesse, não é sobre  
64 reordenamento em si, é sobre a concessão de benefícios, uma vez que se todos os  
65 profissionais do SUAS poderão fornecer benefícios, como eles farão essa avaliação? Pode  
66 dificultar o acesso a esses benefícios as famílias das crianças? Em resposta a Edsonia  
67 respondeu que este é um projeto de lei que está tramitando na câmara dos vereadores.  
68 Edsonia disse que a secretaria entende que esta não é uma atividade privativa do assistente  
69 social, pois abrange todos os trabalhos do SUAS (equipes de transferência). A Daniele  
70 informa que será feita uma nova discussão, com uma pauta específica em plenária sobre a  
71 Portaria de Referência e Contrarreferência e o reordenamento dos CREAS. A Promotora de  
72 Justiça, Dra. Aleteia precisou se ausentar da reunião antes da finalização desta pauta, deixou  
73 seu registro via chat dizendo que sua assessora Yuna continuará na reunião, mas que hoje  
74 seria a última reunião dela, e que ela gostaria de se despedir. Informou ainda que oficiará à  
75 Prefeitura informando a necessidade de vacinação do Conselhos Tutelares e demais  
76 trabalhadores do SUAS. Edsonia pede, via chat, para que seja registrado em ata “o  
77 agradecimento à atuação da Yuna, assessora da promotora Aleteia, na defesa dos direitos da  
78 criança e do adolescente. É uma profissional de excelência em nossa rede, merece todo o  
79 reconhecimento e agradecimento pela dedicação prestada durante esse período”. Após as  
80 pontuações de todos seguiu-se para o próximo ponto de pauta. **4. Vacinação para**  
81 **profissionais que atendem diretamente crianças, adolescentes e suas famílias.** A Presidente  
82 Magali iniciou dizendo que esta pauta é importante, pois estamos com a situação de possível  
83 volta as aulas. Sabe-se que o Município não pode mudar os critérios de vacinação  
84 estabelecidos nacionalmente, de modo que a manifestação deste conselho deveria ser em



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA  
– 25 de Março de 2021 –**

85 favor dos trabalhadores do SUAS, dos professores e demais profissionais que atendem  
86 crianças e adolescentes, para que se possa garantir o direito destes à educação e aos projetos  
87 sociais. Assim passou a palavra para Alexandra, que disse o Decreto Federal de 2020 coloca a  
88 Assistência Social como serviço prioritário, contudo, o governo não incluiu os profissionais da  
89 assistência na prioridade das vacinas. Alexandra ainda pontuou que seria necessário officar  
90 essa questão aos órgãos correspondentes. Via chat, Ellen diz: “Bom dia a todos, Ellen do  
91 Conselho Tutelar - Gostaria de compartilhar aqui um relato, para apontar um pouco do que  
92 estamos vivenciando. No plantão do dia 20/03/2021 às 5 horas e 50 minutos o plantonista da  
93 UNIMED acionou o Conselho Tutelar com a seguinte demanda: estávamos atendendo uma  
94 Sra. que se encontrava com COVID e teria que ser levada ao Pronto Atendimento com urgência  
95 tendo em vista que havia piorado muito seu quadro de saúde. Acontece que juntamente com  
96 a Sra. estava sua filha de 11 anos também contaminada com COVID e não tinha nenhum  
97 parente em Londrina que pudesse ficar com essa criança para a genitora poder ser internada,  
98 pois o pai já estava internado há 03 dias no Hospital Evangélico e foi necessário inclusive  
99 entubá-lo. Uma enfermeira da UNIMED permaneceu no local até a chegada do Conselho  
100 Tutelar, ao chegar no local a criança encontrava-se dormindo, a enfermeira nos auxiliou nos  
101 cuidados colocando preventivos, uma cadeira no corredor para que não tivéssemos que entrar  
102 no apartamento devido ao risco de contaminação, entregou os documentos para que  
103 pudéssemos fotografar e explicou o que havia acontecido A enfermeira solidarizou-se com  
104 nossa situação nos fornecendo luvas, touca e sapatilhas, porque avental nos foi fornecido pela  
105 SMAS, porém em pouca quantidade, já que temos plantões diariamente em todas as sedes. A  
106 enfermeira nos orientou a colocar os EPI’s caso precisássemos de um contato mais próximo.  
107 Permanecemos junto a criança até a chegada do irmão residente em outro estado, que nos  
108 apresentou toda a documentação necessária e ficou responsável pelos cuidados da criança  
109 conforme orientação deixada pela genitora. Solicitamos urgência frente ao Conselho Tutelar,  
110 pois o atendimento emergencial é feito por nós, que atendemos essas crianças e adolescentes  
111 ‘órfãs’ de pais hospitalizados frente a essa nova demanda de trabalho. Se nós, 25 Conselheiros  
112 Tutelares, tivermos Covid- 19, quem atenderá essa demanda? Solicitamos urgência dos órgãos  
113 presentes, para vacinação agora, para não chegarmos ao caos dentro do nosso órgão e não  
114 termos a proteção à criança e adolescente que nos é prioridade”. Em resposta a Edsonia diz  
115 que a assistência social está no grupo prioritário, porém há vários grupos prioritários. A  
116 assistência social é o 12º grupo. Há várias fases no plano de vacinação e Londrina ainda está  
117 na primeira fase. Sara pergunta via chat “qual Lei diz que o município não pode agir em âmbito  
118 municipal?” Jerusa diz via chat que “tivemos a informação que na República Feminina  
119 Moderada houve um surto de COVID contaminação de usuárias e profissionais. Atualmente  
120 não estão incluindo nenhuma usuária por esta questão, esta república atende mulheres com  
121 seus filhos”. Márcia Paiva se manifestou via chat “Solicitamos que os trabalhadores que  
122 atendem crianças e adolescentes sejam priorizados no cronograma de vacinação, de todos os  
123 municípios do Estado do Paraná, considerando as Políticas que foram estabelecidas como  
124 essenciais, considerando os serviços ininterruptos e continuados e que não suspenderam os  
125 atendimentos presenciais em decorrência das situações de desproteções e vulnerabilidades,  
126 bem como, estão na linha de frente: Conselho Tutelar, Trabalhadores do SUAS, Educação.  
127 Vivenciamos um quadro, em que alguns serviços estão sendo reduzidos de forma significativa,  
128 visto o risco dos trabalhadores, atestados, óbitos, o Sistema de Garantia de Direitos corre o



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA  
– 25 de Março de 2021 –**

129 isco de entrar em colapso”. Gisele em posse da palavra diz que o Conselho Municipal de  
130 Assistência Social também discutiu essa pauta e disse que o CMDCA pode fazer uma  
131 intervenção junto com o CMAS para que essa priorização da vacina ganhe força. Paulo César  
132 diz que em Curitiba o Ministério Público conseguiu proibir que os psicólogos se vacinassem  
133 antes dos idosos. Diz, ainda, que ao seu ver deveria pensar em como pressionar o governo  
134 municipal. Daniele leu os comentários do chat em relação aos possíveis encaminhamentos e  
135 ficou pactuado dois encaminhamentos: **1º** Elaboração, pelo CMDCA, de um documento  
136 favorável à vacinação para todos e com prioridade para profissionais que atendem crianças e  
137 adolescentes e, **2º** Montar um grupo de trabalho para a discussão deste assunto sobre a  
138 vacinação. Os encaminhamentos foram aprovados por todos os presentes. A Daniele solicitou  
139 voluntários compor este grupo, podendo ser governamentais ou não governamentais. A  
140 Glaziane Martins do CIEE manifestou que gostaria de participar. **5. Cessão de Mesa de Aero-  
141 Hokey pela SOMA – Sociedade Mantenedora de Assistência.** Foi explicado pela Daniele sobre  
142 a cessão da mesa para a AME. Deu-se início à votação da cessão da mesa de aero-hoquey da  
143 SOMA para AME. A cessão foi aprovado com 15 votos. **6. Recomposição da Comissão de  
144 Instrução.** A Daniele informou que para recompor esta comissão o Conselho tutelar indicou a  
145 Fernanda Tassia no lugar da conselheira Mariclei. **7. Relato das Comissões: Comissão de  
146 Cadastro.** Jerusa diz que a comissão se reuniu no dia 18 de março e que neste momento vai  
147 falar das instituições que tiveram deferimento do cadastro. Instituto Roberto Miranda enviou  
148 o documento para o deferimento do pedido de atualização na modalidade de habilitação e  
149 reabilitação de pessoas com deficiência visual; CEI Hayde Coli Monteiro; Centro Educacional  
150 Marista Irmão Acácio na modalidade de Educação Profissional, sendo que o CIEE solicitou  
151 autenticação dos cursos de Aprendizagem em Serviços Administrativos e em Serviços de  
152 Varejo. O cadastro do ILECE já havia sido aprovado em plenária, todavia verificaram que  
153 faltava uma assinatura em um documento. A instituição já encaminhou o documento  
154 devidamente assinado e o cadastro pode ser deferido. A Comissão está aguardando outros  
155 documentos de outras instituições. Foi passado para a votação da plenária sobre deferimento  
156 dos cadastro do Instituto, Roberto Miranda, CEI Hayde Coli, Marista e Autenticação de cursos  
157 CIEE. Os cadastros foram aprovados por 15 votos favoráveis. **Comissão de Formação do  
158 Conselho Tutelar:** Leonice relata que o primeiro módulo de formação deste ano foi  
159 apresentado em duas turmas e foi sobre o reordenamento do CREAS, ministrado pela Josiane  
160 Nogueira. Falou-se também sobre a Portaria de Referência e Contrareferência na Assistência  
161 Social, ministrado pela Gisele de Cassia, porém, somente 18 conselheiros participaram. Disse  
162 que teremos agora em abril a formação, pela Samia, em relação ao sistema SIPIA, que é muito  
163 solicitada pelos conselheiros. Teremos no segundo semestre uma formação sobre ética. Foi  
164 apresentado um gráfico com as participações dos conselhos tutelares. Leonice ressalta que  
165 teve sede em que houve uma boa participação, mas houve sede que só participaram dois  
166 conselheiros. **Comissão de Fundo:** Fabio relata que nas duas últimas semanas a comissão se  
167 reuniu para discutir sobre o banco de projetos. Foi dado início a um esboço do Processo SEI.  
168 Fabio diz que para que eles consigam fechar esse processo SEI e gerenciar o banco de projetos  
169 vai ser necessário fazer uma reunião com a Gerência de Gestão de Convênios e de Gestão de  
170 Informação. A Daniele vai marcar essa reunião para que possam discutir o assunto. **8.  
171 Informes. 1º.** Gisele diz que este é o primeiro ano da gestão municipal e que, desta forma,  
172 estão elaborando o PPA. Em todos os PPA’s é feito um programa distinto da Assistência para



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA  
– 25 de Março de 2021 –**

173 o Conselho da Criança e Adolescente. Gisele diz que encaminhará o documento para o  
174 conselho para que o PPA seja o mais participativo possível, mas que, em razão da pandemia,  
175 será feito um processo remoto. Disse quer é importante o CMDCA estar presente nesse  
176 processo de debate. 2º. Yuna, assessora do Ministério Público, faz um agradecimento  
177 relatando que hoje é sua última reunião no CMDCA. Não havendo mais nenhum informe ou  
178 manifestação encerrou-se a reunião. Encerrada a reunião, sem mais nada constar, eu, Patricia  
179 Carvalho de Lima e Souza, lavrei a presente ata para apreciação pela plenária.